

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO BRASIL: O CASO DAS HIDRELÉTRICAS¹

Edima Aranha Silva

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS²
earanha@ceul.ufms.br

RESUMO

O texto aborda as transformações sócio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil, na perspectiva dos grandes empreendimentos hidrelétricos. Empregam-se os conceitos de espaço e território para compreender o processo de desterritorialização decorrente dos severos impactos sócio-ambientais promovidos nos entornos das usinas hidrelétricas. As transformações se dão tanto nos aspectos ambientais – fauna, flora, recursos minerais – como nas instâncias sócio-culturais e econômicas das comunidades ribeirinhas e adjacências, as quais têm suas vidas/vivência severamente alteradas. A condição subalterna desses grupos de indivíduos os torna mais vulneráveis e passíveis de sofrerem o desenraizamento cultural e a desterritorialização; a mobilidade no e pelo espaço ocorre com mais fluidez. Por outro lado, o capital busca novos territórios; ele se (re)territorializa e se revela numa multiterritorialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço, Território, Impactos sócio-ambientais.

SOCIAL AND SPACE TRANSFORMATIONS AND THE ENVIRONMENTAL PROBLEMATIC IN BRAZIL: THE CASE OF THE HYDRO-ELECTRIC POWER STATION

ABSTRACT

The text deals about the socio-spatial transformations and the problems about the Brazilian environment, in the big hydroelectric undertaking. It is used the concept of space and territory in order to comprehend the expatriating due to the severe socio-environmental impacts promoted around the hydroelectric power stations. The transformations are about the environmental aspects – fauna, flora, and mineral source – as much as the socio-cultural and economics instances of the “ribeirinha” communities and adjacencies, that have their lives disturbed severely. These groups’ subaltern condition makes them more vulnerable and liable to suffer the cultural disestablishment and the expatriating; the mobility in the space happens more fluidly. On the other hand, the capital looks for new territories; it returns to its territory instead and reveals itself in a several territory.

KEY-WORDS: Space, Territory, Socio-environmental impacts.

Para iniciar o debate acerca da temática “Transformações sócio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil”, reportamo-nos à compreensão tanto do processo de produção do espaço, como a demarcação e apropriação do território, que constitui o eixo das linhas de pesquisas

¹ Texto base para o debate da mesa redonda “Transformações sócio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil”, no I Encontro Nacional dos Grupos PETs de Geografia – ENAPET GEO – realizado na Universidade Federal de Uberlândia, de 12 a 15 de setembro de 2006.

² Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia/CPTL/UFMS
Líder do Grupo de Pesquisa: Espaço Urbano e Produção do Território/UFMS/CNPq

realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Espaço Urbano e Produção do Território”, uma vez que o território consiste na base, suporte físico e estratégia para as relações sócio-espaciais. Porquanto, segundo a concepção de Lefebvre (1972), o processo de produção do espaço tem dupla acepção: primeiro a historicidade e depois a práxis, ou seja:

A história vai do passado longínquo ao presente [...], há que se refazer o caminho em sentido inverso para compreender como pode o passado gerar o presente. A práxis, fundamentada nesse movimento e apoiada no presente que constitui – prepara o futuro – a total transformação do mundo real por uma revolução total. (Id., p. 38)

A análise da prática social (práxis) mostra: produção em sentido restrito e produtividade social, prática política, prática revolucionária. [...] No sentido amplo, há produção de obras, idéias, de espiritualidade aparente, enfim, de todo o que faz uma sociedade e uma civilização.

Em sentido restrito, há produção de bens, de alimentos, de vestuário, de habitação e de coisas. Isso significa dizer que “o sentido amplo apóia o sentido restrito e designa a sua base material”. (Ibid., p.48)

Logo, entendemos que as necessidades e satisfações dão sentido à produção, constituem o lugar onde produzem e trocam os bens, o que pressupõe onde são consumidos.

Essa duplicidade de sentido – produção de idéias e produção de bens materiais – é o que cria e produz, dá vida ao espaço, estabelece relações sociais e de poder; logo, define, demarca e se apropria do território. Território entendido com a base física para a materialização das relações sociais – sociedade – que em diferentes momentos históricos, diferentes sujeitos/atores se interagem evidenciando a divisão social do trabalho e, por conseguinte, a divisão territorial do trabalho, enfim, estabelece uma territorialidade definida pela diferenciação. Santos (1994, p.18) argumentou que a sociedade (des)organiza “em face da produção e como os diversos atores encontram seu lugar, em cada momento histórico”.

Mediante o exposto é que se privilegia a análise do processo das transformações sócio-espaciais, as quais decorrem da ação dos diversos atores sociais e das mudanças das práticas sócio-ambientais, face à lógica das formas de produção econômica, distribuição e consumo de mercadorias.

O crescimento populacional, a necessidade de moradia e a exigência do mercado cada vez mais globalizado – não se referem à sociedade globalizada, pois é discutível – aumentam a demanda e, por conseguinte, o consumo de mercadorias – bens duráveis e não duráveis – de serviços especializados, de atividades lúdicas e recreativas têm acelerado e intensificado as transformações sócio-espaciais e a apropriação da Natureza Primeira, conseqüentemente, a exaustão e degradação ambiental. Uma vez que pela produção, o homem modifica essa Natureza Primitiva ou Natureza Natural (SPINOSA APUD SANTOS, 1978), socializando-a.

É dessa forma que o espaço é criado como Natureza segunda, Natureza transformada, Natureza social. A paisagem é transmutada permanentemente, tanto na forma como no seu conteúdo, pois o homem a modifica, primeiro pela erradicação dos elementos primários – primeiros, primitivos – e segundo, pela inserção de objetos e signos alheios ao lugar: edificações, estradas e moradias, empreendimentos industriais e institucionais, equipamentos turísticos e de lazer nas cidades, que constituem uma paisagem específica, a paisagem cultural, antrópica.

Convém lembrar sobre a importância da sensibilidade crítica no que concerne à “[...] espacialidade da vida social, na produção social do espaço e na formação e reformação irrequietas das paisagens geográficas: o ser social ativamente no espaço e no tempo”. (SANTOS, 2004, p.22)

Simultâneo a essas transformações ocorre a reterritorialização ou a multiterritorialidade, como recomenda Haesbaert (2004) e a desterritorialização. Essa multiterritorialidade se dá com as ações exercidas pelos agentes sociais dos diversos segmentos privados e públicos, que detêm poder, com vistas apropriar-se de um território e controlar sua organização espacial, para garantir a reprodução do capital e do social, fora do seu território de origem, seja interno, seja externo, via de regra, com a anuência do Estado, ou pelo próprio Estado. (CORRÊA, 1993)

Nesse contexto, com a economia globalizada nesse século XXI a exequibilidade dessas práticas se dá cada vez mais de forma eficiente e eficaz, notadamente nos países em desenvolvimento, ou os “emergentes”, como é o caso do Brasil. A materialização desse

processo evidencia-se com a instalação de empreendimentos de capital alheios/fora/estranho às comunidades receptoras.

Por outro lado, argumenta Haesbaert (2006), a desterritorialização, que consiste além do simples aumento da mobilidade, dos fluxos, do desenraizamento e hibridismo cultural, fica latente pela “precarização territorial dos grupos subalternos, daqueles que vivenciam efetivamente uma perda do controle físico e de referências simbólicas sobre seus territórios” (Id., p.87) Apesar de que nenhum indivíduo pode viver sem território, por mais precário e temporário que ele seja.

No sentido genérico, significa a destruição ou transformação de territórios, enquanto espaços, ao mesmo tempo de dominação política, econômica e de apropriação simbólica. Já no sentido estrito, está vinculado à “precarização territorial daqueles que perdem substancialmente os seus controles e/ou identidades territoriais”. (Ibid., p.91)

Todavia, uma sociedade vai além do que ocupar/criar território, mas tal categoria revela “a complexidade do processo de sua organização, pois cada sociedade forja padrões de ocupação e uso dos espaços”. (GONÇALVES, 1995, p.311) Portanto, as formas de relações que a sociedade organizada estabelece com a Natureza primeira e o entendimento da sua organização territorial revelam o processo histórico pelo qual a sociedade se reproduz.

No Brasil, segundo Gonçalves (1995), a formação territorial foi e é marcada por três características do processo histórico colonial, nas quais a problemática sócio-ambiental está atrelada: demarcação e posse da terra calcada na grande propriedade monocultora; na expropriação e quase extermínio indígena; e a distribuição desigual da população. Só a título de ilustração, mencionamos alguns exemplos desse processo:

- a) Doação de terras às elites portuguesas até 1850 – grandes proprietários de terra detinham o poder no Brasil e atendiam à demanda do mercado mundial com produtos da monocultura: açúcar, café, cacau, algodão, borracha, hoje soja, cana, laranja, eucalipto e a pecuária.
- b) A produção extensiva, a ampliação da fronteira agro-produtiva, a exploração dos recursos minerais provocaram o desmatamento da Mata Atlântica, do cerrado e mais recentemente o avanço para o norte do país motivou a derrubada e a queima da floresta amazônica. Simultâneo ao desmatamento, ao cultivo e à criação ocorreu o empobrecimento do solo, o desequilíbrio ecológico, a perda da biodiversidade, o quase extermínio das nações indígenas, dentre outros. (GONÇALVES, 1995)

Essa prática enriqueceu poucos, mas expôs muitos à pobreza e à miséria, por meio da expropriação, do êxodo rural, do fluxo migratório e do inchaço urbano, especialmente no Sudeste brasileiro, a partir da década de 1960.

Após 1960 com construção de Brasília e a transferência da capital brasileira, o surto industrial e a ditadura militar promoveram a super e a infra-estrutura do país por meio da construção de rodovias, modernização dos meios de comunicação, consolidação das indústrias de base para implementação do modelo de economia capitalista de integração ao mercado internacional, e que marcaram a reorganização do espaço brasileiro – desequilíbrio regional – como bem explica Francisco de Oliveira, em elegia para uma religião.

Esse processo de (re)construção do país, o avanço industrial e o incremento populacional urbano – face paradoxal e de contrastes – a exclusão social caracterizada pelo desemprego, pela pobreza e pela miséria nas cidades não foi considerada a necessidade e importância de preservar/respeitar o ambiente, ou seja, não promoveram a formação da consciência ambiental, muito pelo contrário, elegeram os diversos ecossistemas brasileiros com toda sua diversidade e riqueza, apenas, mas tudo, como grande potencial de matéria-prima a ser processada no Brasil e/ou como recursos minerais e vegetais para a exportação.

Mediante o exposto, entendemos que a questão ambiental no Brasil sempre esteve estreitamente relacionada com os aspectos sócio-espaciais, ou seja, “a propriedade privada, a transformação da natureza em mercadoria visando o lucro, o modo de utilização dos recursos naturais submeteu-se à lógica econômica e não as da eco-lógica”. (GONÇALVES, 1995, p.321)

OS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DECORRENTES DOS EMPREENDIMENTOS HIDROENERGÉTICOS

Face ao modelo industrial e das grandes cidades concentradas na região Sudeste do país, se desenvolveu a partir da década de 1960, uma matriz energética, com base nos mega-

empreendimentos hidrelétricos, para suprir a demanda crescente e ofertar energia a baixos custos ao setor industrial.

Neste texto destacamos aquelas situadas no rio Paraná e seus afluentes, - mas há outras como Itaipu (Sul), Tucuruí, Xingó (Norte) - as quais têm sido nosso objeto de estudo: o Complexo Urubupungá formado pelas UHE Eng^o “Souza Dias” e UHE “Ilha Solteira”, e, ainda, a UHE “Sergio Motta”, UHE “Três Irmãos”, UHE “Jaguari” e UHE “Paraibuna”, estas duas últimas, com menor capacidade de geração de energia, mas não menos impactantes.

Os dados do quadro 1 indicam a magnitude dos reservatórios de água das usinas hidrelétricas e a dimensão dos impactos sócio-ambientais promovidos.

Quadro 1 - Usinas Hidrelétricas da CESP

NOME DA UHE	LOCALIZAÇÃO/ANO	POTÊNCIA	RESERVATÓRIO
Eng ^o Souza Dias	Rio Paraná (1974)	1.551,2 MW	330 km ²
Ilha Solteira	Rio Paraná (1978)	3.544,0 MW	1.195 km ²
Sergio Motta	Rio Paraná (1998/2001)	1.540 MW	2.250 km ²
Três Irmãos	Rio Tietê (1999)	807,50 MW	785 km ²
Jaguari	Rio Jaguari (-)	27,6 MW	56 km ²
Paraibuna	Rio Paraibuna (1978)	85 MW	224 Km ²

Fonte: <http://www.cesp.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2006.

Cumprido salientar que esses empreendimentos geram riquezas para os acionistas e possibilitam o aumento da capacidade produtiva do setor industrial, todavia promovem severos impactos ambientais, sócio-econômicos e culturais sem precedentes no país. Para Jong (1997), são três os enfoques referentes à temática das grandes obras hidrelétricas. Isto porque se deve levar em conta, que o conceito de ecossistema define-se como todas as interações do meio físico com a espécie que nele habita.

- a) A problemática ambiental como evidência dos processos complexos de alterações do meio social e natural;
- b) A questão da dinamização dos processos produtivos regionais a partir da construção;
- c) O problema do desenvolvimento regional induzido a partir do aproveitamento hidrenergético.

Esse tipo de empreendimento contrapõe a possibilidade de implementar estratégias ambientalmente corretas, que alguns autores definem como desenvolvimento sustentável, outros sugerem desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou ainda, eco-desenvolvimento. Independentemente de qualquer um dos conceitos, a concepção que defendemos é o desenvolvimento social e econômico estável e equilibrado, com mecanismos de distribuição de riquezas geradas. Sachs (1994) defende que sustentabilidade está associada à capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas e apresenta 5 dimensões: a) sustentabilidade ecológica; b) sustentabilidade ambiental; c) sustentabilidade social; d) sustentabilidade econômica.

Por conseguinte, essa não tem sido a realidade do entorno dos grandes reservatórios das hidrelétricas e menos ainda dos atingidos pelas barragens, uma vez que estes são literalmente arrancados do meio em que vivem e de onde tiram o seu sustento, em prol de um grande empreendimento capitalista. A concepção que temos é que o crescimento econômico deve promover e garantir a qualidade de vida dos indivíduos, não deve ser, portanto, segundo Sachs, um movimento que: “[...] externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica”. (Id., p. 34)

Aranha Silva et al. (2006) ao estudarem os impactos sócio-ambientais decorrentes da UHE “Porto Primavera”, constataram que o documento “O Estudo de Impacto Ambiental da UHE Porto Primavera” foi categórico na sua análise e advertiu: “A sobrelevação do nível d’água da cota 240 até 259 constituirá um momento crítico para os biocenoses locais e uma alteração grave na paisagem regional e, portanto, em sua história evolutiva”. (CESP-CONSÓRCIO THEMAG, 1994, p.118)

Observou-se que o documento previa a elevação do nível da água em 19 metros, logo, todos os empreendimentos, moradores, edificações, cultivos, fauna e flora seriam afetados pela água do lago. Uma vez que, para a geração de energia requer o represamento da água em forma de

barragens, que resultam na formação dos lagos/reservatórios de grandes dimensões e submergem grandes extensões de terras marginais – alguns municípios são afetados em até 11% do total da sua área, como foi o caso de Brasilândia/MS – e conseqüentemente, o desaparecimento ou redução drástica da fauna, flora e recursos minerais diversos.

Ocorreu também a expulsão/expropriação de centenas de comunidades ribeirinhas, como agro-pecuaristas, pequenos produtores, sítiantes, chacareiros, pescadores, comerciantes/empresários do setor turístico, oleiros e ceramistas, indígenas, dentre outros, os quais foram indenizados/reassentados em diferentes “módulos”: urbanos ou rurais. Entendemos que degradação ambiental é também um processo social, pois há aspirações por padrões satisfatórios no ambiente natural, os quais devem ser expressos por movimentos reivindicatórios de forma coletiva.

Ainda no que concerne a compreensão de territorialidade, podemos dizer que ao mesmo tempo significa tanto o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como ao processo subjetivo de conscientização dos indivíduos de fazerem parte de um território, de integrar ao território. Contraditoriamente, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promove a ampliação da territorialidade, provoca a desterritorialidade nos grupos subalternos.

Vale salientar que os empreendimentos hidroenergéticos pela via do capital têm um poder desterritorializador negativo para as comunidades e positivo para os capitalistas, cujo mecanismo permite a reprodução do capital, como assevera Haesbaert (2006).

A desterritorialização dos indivíduos se efetiva porque “o sistema técnico da sociedade permite um controle do espaço e do tempo”. (Id., p.150) Pressupomos uma desespacialização, ou seja, ocorre uma dinâmica do esvaziamento do espaço. Isso significa dizer que esse processo é complexo e está prenhe das instâncias do poder de uma sociedade cada vez mais desigual e diferenciada. Ou então:

Não há mais, obrigatoriamente, a necessidade de que o contexto, em seu sentido tradicional de entorno imediato ou condições ambientais diretas, seja o principal elemento para compreendermos as relações sócio-espaciais [...] Cada vez mais a dinâmica social se efetiva em relação com outros níveis espaciais, outros pontos de referência, muitas vezes completamente alheio às circunstâncias locais ou de contato face a face. (Ibid., p. 159)

O espaço mesmo sendo único e idêntico enquanto dado físico, não tem o mesmo significado para todos os indivíduos que o habitam. “O tipo de formação social é que vai determinar a forma de contato do homem com o meio” (PINTO, 1973 apud BECKER, 1986, p. 62). Assim, as relações sociais de produção, com a propriedade/não propriedade dos meios de produção, nos remetem à compreensão das trajetórias e movimentos dos indivíduos no espaço, ou seja, “sua retenção/expulsão repetida, ao longo dos lugares, comandados pelo avanço do capital”. (BECKER, 1986, p. 63)

Braga (1988) é contundente, pois ressalta que o planejamento urbano, industrial e agrícola deve considerar a viável ambiental no mesmo nível da disponibilidade de capital, da oferta de matérias-primas e da própria criação de empregos. Assim argumenta o autor: “O ambiente é onde a própria sociedade está inserida e com o qual se relaciona. A inobservância da variável ambiental tem gerado situações extremamente contraditórias dentro do chamado desenvolvimento [...]”. (id., p. 66)

O EIA-RIMA UHE “Porto Primavera” ao avaliar o impacto promovido pela inundação das áreas e núcleos urbanos e rurais destacou:

Trata-se de um impacto permanente e irreversível, de grande magnitude e alta relevância, pois estes núcleos urbanos são totalmente atingidos [...] Acrescenta-se, também, que a formação do reservatório, além de acarretar a inundação dos núcleos urbanos, afeta inclusive os assentamentos rurais adjacentes. [...] A formação do reservatório vai alterar a rede urbana regional, especialmente quanto à polarização que os municípios paulistas de Dracena e Panorama exercem sobre Brasilândia, em Mato Grosso do Sul. (Id., p. 165)

Destaca-se que a forma, estrutura e conteúdo desses reassentamentos diferem do lugar onde viviam e cujas práticas sócio-econômicas nada têm a ver com o que faziam “nas barrancas do rio” – como falam os atingidos pela barragem Porto Primavera.

No que tange à interferência na infra-estrutura de saneamento básico, ponderou-se:

A elevação do nível d'água, com a formação do reservatório, impactará de forma negativa tanto o sistema de captação e distribuição d'água, como a rede de esgoto tanto dos municípios paulistas como os sul-mato-grossenses. Em se tratando de saneamento básico, adquire importância por suas possíveis repercussões na saúde da população. Apresentando um médio grau de relevância. Poderá ainda causar impacto no sistema doméstico de abastecimento de água por poços e esgotamento sanitário por fossas, devido a elevação do nível freático. (Ibid., p.173)

São inúmeros e diferentes os enfoques das pesquisas realizadas no contexto dos mega-empresendimentos hidroenergéticos: uso e ocupação do solo pelas diversas atividades rurais e urbanas, potencial turístico, comunidades urbana, impactos do setor cerâmico-oleiro, dentre outras. Rocha (2005, p. 57) em Legislação ambiental e ação civil pública: estudo dos impactos sócio-ambientais no setor oleiro-ceramista de Brasilândia e Três Lagoas-MS, destacou:

[...] ressalta-se a seriedade do relatório, o qual apontou que o dano ambiental e sócio-econômico decorrentes do mega-empresendimento seria irreversível, de grande magnitude e alta relevância. O que se questiona é a não observação da recomendação do relatório, o descumprimento da legislação, a autorização do funcionamento da usina e ademais, a morosidade no desenrolar das ações que beneficiariam as famílias ex-ribeirinhas altamente impactadas, com o arquivamento e consignação de Termo de Ajustamento de Conduta.

Não devemos conceber de forma dicotômica a questão ambiental da questão social, pois ao longo da história da humanidade, a organização social e a transformação da natureza sempre foram instâncias interativas, a relação sociedade-natureza. No entanto, as transformações da natureza têm sido tão intensas para atender aos interesses do capitalismo, cada vez mais globalizado, contraditório e excludente, que requer soluções para minimizar seus efeitos perversos para o próprio homem.

Vimos que Carvalho; Mauro; Costa (1997), ao estudarem a questão ambiental na nova ordem mundial propõem algumas diretrizes, que entendemos como sendo muito importantes para construir uma nova relação sociedade-natureza: a) incorporar o custo ambiental como custo de produção em todo processo produtivo para restringir a degradação ambiental; b) privilegiar os recursos naturais e os processos produtivos que utilizem a energia solar; c) incorporar rendimentos econômicos proporcionais aos potenciais energéticos dos elementos constitutivos dos processos produtivos; dentre outros.

Destarte, defendemos que as transformações sócio-espaciais deverão pautar-se no equilíbrio/preservação ambiental, como premissa básica do desenvolvimento, tendo como foco central o respeito e a dignidade da vida humana. Convém também salientar, que para Christofolletti (1995), a intensidade da ação humana tem modificado a superfície terrestre, ao longo dos séculos, e este fator tempo é crucial na exarcebção do uso dos recursos naturais, por conseguinte, na transformação do meio e no comprometimento ambiental no Brasil.

Logo entendemos que os impactos ambientais são decorrentes das atividades sócio-econômicas. Portanto, não se pode excluir o conhecimento provindo das análises e estudos sobre os sistemas sócio-econômicos, considerando os seus componentes e processos, sem omitir o estudo do comportamento e a tomada de decisões políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA SILVA, Edima et al. **A realidade sócio-econômica dos oleiros e ceramistas de Três Lagoas e Brasilândia após a construção da UHE "Porto Primavera"-MS.** Três Lagoas: UFMS, 2006. (Relatório Final de Pesquisa)

BECKER, Olga Maria Schild. O significado das migrações em sociedades periféricas: comentários a partir do caso brasileiro. **Revista Geográfica**, n. 104, p. 61-69. São Paulo, jul-dez., 1986.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. **Geografia & Questão Ambiental**. Terra Livre 3. São Paulo: Marco Zero-AGB, 1988. p.65-74.

CARVALHO, P. F.; MAURO, C. A. de; COSTA, J. L. R. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. IN: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.) **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1997. p.111-118.

CESP-THEMAG. **Estudo de Impacto Ambiental. Usina Hidrelétrica Porto Primavera**. Avaliação de Impactos. V. 2. São Paulo: Consórcio Themag-Engea-umah, 1994. 294f.

CHRISTOFOLETTI, ANTÔNIO. A Geografia física no estudo das mudanças ambientais. IN: BECKER, Berta B. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p.334-345.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e a questão ambiental no Brasil. IN: BECKER, Berta K. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p.309-333.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JONG, Gerardo. As grandes obras hidrenergéticas. Contribuição para a análise de seus efeitos regionais. IN: SOUZA, M. A. A. de et al. (Org.) **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1997. p.174-181.

LEFEBVRE, Henry. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisséia, 1972.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROCHA, Alexandre Teixeira Nunes. **Legislação ambiental e ação civil pública: estudo dos impactos sócio-ambientais no setor oleiro-ceramista de Brasilândia e Três Lagoas-MS**. Três Lagoas: UFMS-Curso de Direito, 2005. (Monografia)

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. IN: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar